

Expedição Langsdorff: paisagem, imaginário e representação geográfica da Província de Mato Grosso no início do império (1822-1829)

Expedición Langsdorff: paisaje, representación
imaginaria y geográfica de la provincia de Mato
Grosso al inicio del imperio (1822-1829)

Zuleika Alves de Arruda (IFMT/IHGMT)

RESUMO: O artigo propõe fazer um diálogo entre a categoria de análise paisagem e a geograficidade, contidas nos relatos de viagem da expedição Langsdorff, ou seja, do vínculo que os viajantes naturalistas estabelecem com o espaço e o sentido comum atribuído, incluindo a subjetividade do seu olhar na construção de paisagens, sem desconsiderar a formação socioespacial que constitui a base de representação da paisagem, ou seja, que paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação, uma vez que que é permeada pelas relações sociedade-natureza. As representações da paisagem em suas diversas escalas de abordagem desempenham papel importante para a construção de representações geográficas como referência semântica para construção da imagem negativa ou ocultar o poder dominante sob o território.

Palavras-chave: paisagem, representação da paisagem, geograficidade, Expedição Langsdorff

RESUMEN: El artículo propone un diálogo entre la categoría de análisis paisaje y geografía, contenida en los informes de viaje de la expedición de Langsdorff, es decir, el vínculo que los viajeros-naturalistas establecen con el espacio y el sentido común atribuido, incluyendo la subjetividad de su mirada en la construcción de los paisajes, sin desconocer la formación

socio-espacial que constituye la base de la representación del paisaje, es decir, que los paisajes están relacionados con las representaciones del espacio, pero también con los espacios de representación, ya que está permeado por las relaciones sociedad-naturaleza. Las representaciones del paisaje en sus diversas escalas de aproximación juegan un papel importante para la construcción de las representaciones geográficas como referência semântica para construir la imagen negativa u ocultar el poder dominante sobre el territorio.

Keywords: Paisaje. Representación del paisaje. Geografía. Expedición Langsdorff.

Introdução

No Brasil, as expedições científicas e as consequentes narrativas de viagem tornam-se numerosas a partir do século XIX, após o processo de abertura econômica e política, relacionado à decisão da Família Real portuguesa, no ano de 1808, de se instalar permanentemente no Brasil. A presença da Corte no Rio de Janeiro e o seu interesse em promover um modelo “civilizatório” aos moldes da Metrópole, obter maior conhecimento das riquezas do território dominado e promover integração a economia mundial, conduziram-na à tomada de medidas político-administrativas, como a abertura dos portos às nações amigas. Tal medida insere o Brasil na era do liberalismo econômico, rompendo o monopólio da Coroa e ampliando a realização de transações econômicas com outras nações, bem como a exploração do território luso-brasileiro por expedições científicas, uma vez desconhecido e misterioso no imaginário europeu, mas, com potencial a ser explorado economicamente.

As expedições, além do caráter científico, apresentavam finalidades estratégicas expansionistas, quer seja para atender aos interesses do país fomentador de tal evento, quer seja do Estado em consolidar internamente o seu poder territorial e, externamente, (re)produzir representações positivas de espaço com grande dimensão territorial, natureza pródiga e com potencialidade econômica a ser explorada.

Nesse contexto, destaca-se a expedição científica Langsdorf (1822-1829), liderada por Barão Georg Heinrich von Langsdorff, cujo objetivo, além do caráter científico, naturalista e artístico, visava atender aos

interesses do Czar, Alexander I, financiador da expedição, em consolidar o prestígio da Rússia como potência mundial, assim como avaliar possibilidades do “Novo Mundo” para fins industriais e comerciais. (AMBRIZZI, 2008) Faziam parte da equipe de Langsdorff: Nestor Rubzof, astrônomo, Adrian Taunay, pintor; Hercule Florence, geógrafo; Luis Riedel, botânico; Frederico Hasse, naturalista (KOMISSAROV, 1988; SILVA, 1997).

O cenário instável da política brasileira (movimento de Independência do Brasil), marcado pela dissolução da Assembleia Constituinte e demissão de José Bonifácio e a necessidade de obter uma permissão especial do governo para receber crédito, privilégios alfandegários, entre outras, constituíram empecilhos para que a expedição em direção às “inóspitas” terras localizadas no interior, fosse adiada e realizasse as explorações geográficas apenas nas imediações de Nova Friburgo (RJ) e áreas adjacentes da Fazenda Mandioca, espaço concebido para fundar uma colônia agrícola com imigrantes alemães:

No Brasil reinava uma carestia incomum, além do que, Nesserolde, em despacho de agosto de 1823 comunicou a Langsdorff a impossibilidade de enviar as verbas suplementares solicitadas. Os planos do cientista eram perturbados também pela prolongada guerra de independência. Somente no verão de 1823 os portugueses capitularam em Salvador, e só então outras guarnições depuseram suas armas. O governo de São Petersburgo, por seu lado, considerava os acontecimentos no Brasil como uma insurreição promovida pelo príncipe Pedro contra seu pai. Nem o Imperador D. Pedro, nem Langsdorff tinham conhecimento das intenções do Czar sobre o reconhecimento diplomático da nova monarquia sul-americana, submetida então ao isolamento internacional. (KOMISSAROV, 1988, p. 13).

O roteiro previamente planejado para conhecer o interior do país possuía como ponto de partida Porto Feliz, pelo rio Tietê, antiga rota das “monções”, subindo em direção ao rio Amazonas, atravessando os sistemas fluviais que permitiam a comunicação entre as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará. A primeira etapa da viagem teve início em 8 de maio de 1824, quando Langsdorff se dirigiu a Minas Gerais, acompanhados do artista Rugendas, do Zoologo Ménétriés, do

botânico Luis Riedel e do astrônomo Nestor Rubtzof (KOMISSAROV, 1988, SILVA, 1997) A experiência geográfica resultou no registro pictórico de Rugendas a respeito de notáveis paisagens (natural e cultural) vivenciadas e percebidas e de uma considerável amostragem de plantas e de zoologia prevaletentes no meio tropical, assim como narrativas geográficas a respeito do *modus vivendi* e ocupação econômica.

A segunda etapa, iniciada em 22 de julho de 1826, tinha como objetivo “penetrar as regiões centrais do império e chegar às antigas minas de Cuiabá e à região diamantífera de Mato Grosso e daí, sempre pelos rios, alcançar o Amazonas, como registrado por Florence:

Nessa etapa a comissão foi dividida em dois segmentos: um, composto do chefe, Rubzoff e Sr. Florence, caminhou para o norte até a vila de Diamantino e a outra, por Riedel e Taunay, para Oeste, com destino a Vila Bela de Mato Grosso. Estes deviam embarcar no rio Guaporé e, pelo Mamoré e Madeira, alcançar o Amazonas, ao passo que os outros, partindo de Diamantino em época previamente marcada, desciriam os rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, indo, logo que chegassem à vila de Santarém, para a da Barra do rio Negro ou Manaus, que era o ponto do encontro comum. Daí todos juntos, seguiram pelo rio Negro acima até ao canal de Caciquiari, entrariam no Orinoco e iriam correr as Guianas.

O caráter exploratório, multidisciplinar e científico da Expedição Langsdorff, pautada na realização de registros de campo e do método indutivo, catalogando, mapeando, classificando os fenômenos e as espécies que compõem a História Natural, contribuíram para uma produção geográfica sistematizada a respeito do território luso-brasileiro. O ideário de Langsdorff está reproduzido em seu diário, enviado ao consulado como relatório da viagem do trecho compreendido até Cuiabá, contendo desenhos e pranchas acompanhado com os seguintes dizeres:

Durante a viagem, dediquei especial atenção à história natural-cotidiana do homem. Para dar aos cientistas europeus a possibilidade de comparar, com maior exatidão, as raças sul-americanas entre si, eu exigi com insistência dos artistas, reproduzirem com precisão os retratos das tribos Caiapós, Guaná, Guató, Bororô, Chamacoco e Chiquito, e espero que, com relação a isso, eu tenha feito mais que qualquer

outro viajante [...] eu acalento esperanças de que a coleção de retratos de todas as nações brasileiras, após o término de minha ainda longa expedição, despertará extraordinário interesse. (KOMISSAROV, 1988, SILVA, 1997).

A Expedição Langsdoff, assim como as demais expedições científicas, a partir do séc. XIX, tiveram como o modelo de investigação os pressupostos elaborados pelo geógrafo alemão Alexander Von Humboldt, que orientou uma determinada forma registrar os espaços percorridos pelos viajantes, de descrever as fisionomias particulares, permitindo, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmo. A junção entre descrição de elementos naturais, espécies vivas e recursos minerais presentes nas representações (produções iconográficas, textuais, mapas etc.) compõem o quadro de um lugar específico que retrata sua essência, pautado no romantismo filosófico (poético). O conceito de paisagem geográfica proposta por Humboldt, no século XIX, foi o marco para a sistematização do pensamento geográfico:

Para os românticos, a natureza se reproduz em formas variadas (incluindo a forma humana, daí a existência de múltiplos níveis de compreensão possíveis. Todas essas formas estão em relação, pois elas compõem o mesmo organismo e são sempre fundadas sobre uma mesma matéria: o absoluto. A ciência destas formas é dada pelo conhecimento de suas expressões particulares. (...) A reflexão romântica se desdobrou em outros planos como das artes do qual a valorização da obra de arte que anulava as dicotomias sujeito/objeto, consciência/inconsciência, real/ideal e beleza/verdade era muito difundida. Da mesma forma a refutação de visão objetivista deu lugar ao diálogo das consciências, raiz da intersubjetividade. Estas características tem uma grande importância no desenvolvimento do discurso geográfico, pois redefiniu o conceito de meio ambiente e a noção de pátria, transformada em unidade política. (GOMES, 1996, p. 108-109).

Essa concepção encontra-se revisitada na obra de Dardel (2011) *O Homem e a Terra*, cuja proposta está pautada em uma geografia universal preocupada em compreender o mundo geograficamente, em sua extensão e suas regiões, como fonte de forças e horizonte da vida humana”.

Com base na hermenêutica existencial, retoma o conceito de paisagem de Humboldt, afirmando que a paisagem não é em sua essência feita para olhar, mas que se apresenta como uma impressão de conjunto; totalidade própria que corresponde à inserção do homem no mundo, uma manifestação do seu ser com os outros e a base de seu ser social. Para Dardel, é através da paisagem que o homem toma consciência do mundo mediante a experiência geográfica (geograficidade) por abranger as diferentes maneiras de apreender a totalidade que uma pessoa conhece e constrói a realidade. O todo do espaço físico é compilado em uma representação, seja ela pictórica, descrita oralmente, textual ou quaisquer outros meios, destarte, a imagem está longe de ser o espaço real, mas apenas uma representação.

Besser (2011) faz uma interlocução com Dardel (2011), asseverando que a geografia, como saber e experiência se apresentara sob o modo de consciência estética, pois ela (estética) constitui a primeira ligação do homem com o mundo, seu modo de situar e de compreendê-lo, constituindo assim, a primeira coerência que o homem introduz com seu mundo, a primeira coesão entre dos seres entre eles. Uma sensibilidade geográfica que é expressão do acordo do ser humano com as formas da Terra. Mas que essa relação dos seres do mundo por meio das formas acontece antes do discurso, ela é aprovada, sentida antes que possa ser formulada de modo reflexivo.

Como ponto de partida para análise geográfica, propõe-se fazer um diálogo com a fenomenologia para a compreensão da paisagem e a geograficidade (DARDEL, 2011) contidas nos relatos de viagem da expedição Langsdorff, ou seja, do vínculo que os viajantes-naturalistas estabelecem com o espaço e o sentido comum atribuído, incluindo a subjetividade do seu olhar na construção de paisagens, sem desconsiderar a formação socioespacial que constitui a base de representação da paisagem, ou seja, que paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação, uma vez que que é permeada pelas relações sociedade-natureza.

(Re)cortes da(s) paisagem(ns) por meio da experiência geográfica da “expedição Langsdorff”

As paisagens não existem *a priori* como um dado da natureza (LUCHIARI, 2001), mas sim a partir de sua representação (natureza). Somente a partir do momento em que a cultura humana a concebe como leitura, como interpretação do espaço, do território ou até da própria natureza, é que a paisagem passa a existir.

A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros psicológicos, fisiológicos, socioculturais, econômicos, políticos e da esfera da lembrança e memória recorrente, bem como dos interesses que regem as representações (GOMES, 2001, p. 56). A paisagem (enquanto espaço-representação) como produto cultural vai muito além de sua aparente forma à medida que ela expressa como dada sociedade em um determinado momento (tempo histórico) imprime no espaço a sua organização e relação do homem com a natureza (formação econômica e social) permeada de valores, símbolos e significados.

E se a concepção de uma paisagem é parte de um processo que passa pela cultura e civilidade humana, pelos sistemas interpretativos de cada um, a representação da paisagem, mais ainda, pode ser considerada como parte desse processo, pois a paisagem não está apenas relacionada à representação dos espaços, mas também aos espaços de representação permeada pelas práticas sociais e culturais. A representação da paisagem feita somente pela forma (aparência) pode distorcer, apagar e/ou ocultar parte da realidade (essência). Estas não constituem mera percepção do real, mas narrativas às quais estão associados os códigos culturais da época e uma visão afirmativa da ordem humana na paisagem. (CORRÊA, 2011; COSGROVE, 2000; BERQUE, 2004; LEFBVRE, 2000; GOMES, 2001; LUCHIARI, 2001; BONNEMAISON, 2002)

As transformações socioespaciais e culturais que passam a ocorrer a partir do século XVIII e com o Iluminismo não apenas promoveram mudanças (nas ciências, economias, sociais e culturais), como na forma

de perceber o mundo, que está articulada à maneira de conceber e representar a paisagem, abarcando o espaço em sua totalidade. Com o triunfo do Iluminismo, a natureza (des)sacralizada constitui alvo para pesquisa geográfica e demais ciências que possuem o fito de explicar, diferenciar e classificar os fenômenos e eventos geográficos, por meio das expedições científicas, como é o caso da expedição Langsdorff.

Com a nova ordem econômica mundial e com a Independência do Brasil, o governo Imperial redefine a atuação política territorial expansionista em direção ao interior do país de modo a atender a nova ordem econômica mundial. E é mediante essa “nova ordem” que o capital cria paisagem(ns) para satisfazer suas necessidades em ampliar o seu poder de (re)produção, via espoliação, em um determinado momento de crise de sobreacumulação (HARVEY, 2004). Daí a razão de algumas áreas serem mantidas como reserva de valor, sob uma pseudo-representação da natureza e/ou mitos, e em outro serem concebidas como portadora de riqueza e, portanto, factíveis a políticas de valorização territorial.

É neste contexto que a natureza mato-grossense do período imperial, enquanto paisagem, passa a ser (re)significada, valorizada, investigada e concebida como símbolo de identidade nacional. Um momento em que se desenha no território luso-brasileiro uma cultura imperial pautada em dois elementos constituidores da nacionalidade: da Corte como centro de uma cultura civilizatória e, de outro, a natureza territorial como recurso para caracterizar a identidade nacional, promover uma imagem positiva frente ao mundo e inserção do mercado mundial.

A fim de resguardar o território como parte do Estado e consolidar as instituições jurídicas do país com o intuito de constituir a base de identidade da Nação, o governo Imperial contou com um aparato ideológico formado por políticos das províncias que se encontravam no centro de decisões (formador de opinião e articulação com o poder) e intelectuais que produziram conhecimentos necessários para a territorialização do espaço (VOLPATO, 1983).

Ao analisar a criação identitária nacional, Moraes (2002) pondera que as ideologias geográficas vão ser geradoras de discursos legitimadores de uma identidade nacional em que o Brasil é visto como um espaço a ser

conquistado e ocupado, do qual o território emerge como definidor da nacionalidade, e não a sociedade. E sendo assim, o povo é visto como mero coadjuvante de construção do país, subalterno às ideias e aos projetos das elites. Portanto, civilizar, enquanto ideologia geográfica, deveria ser entendida como uma outra forma de qualificar a expansão territorial, no bojo do processo de invenção da Nação:

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se auto define como “representante das ideias da Ilustração” [...]. O papel catalisador que a noção de “civilização” cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. (Moraes, 2002, p. 118-121).

Essas formulações discursivas impregnadas da ideologia do poder (re)produzem representações sociais e geográficas ancoradas na relação dicotômica Homem – Natureza ou nos atributos geográficos para justificar a territorialidade e o grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Tais representações, vinculadas às relações sociais de produção são criadas para expressão do real no bojo de uma ideologia (BAILLY, 1992) e constituem o instrumento pelo qual o indivíduo ou grupo social constroem significados para o mundo social, como pondera Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas

e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

A realidade criada pelo imaginário social, com forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos estão em relação direta com a existência humana. O imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, se converte também em imaginário geográfico e territorial à medida que os objetos geográficos são portadores de signos, símbolos ou alegorias e produzem representações geográficas, forjam identidades territoriais e produzem representações da paisagem. (CASTRO, 1997).

As representações geográficas contidas nos relatos dos viajantes e representantes políticos contribuem como retórica para construir e alimentar o imaginário social e político, portanto, o seu entendimento possibilita compreender as formas de apropriação do espaço pela sociedade. Destarte, o imaginário social torna possíveis e interpretáveis os símbolos presentes nas relações dos homens entre si e com o meio, os quais materializam-se nos diferentes modos de organização socioespacial.

Castro (1997 p. 179) chama a atenção para o fato de que existe uma relação entre a geograficidade e a elaboração de um discurso que não é neutro, mas que, ao contrário, qualifica o espaço e seus objetos, tornando-os significantes, portadores de significados e de representações sociais. Consequentemente, esse discurso expressa valores simbólicos que presidem na estrutura funcional do espaço, com consequências importantes sobre sua organização pela sociedade em função dos significados que lhes são atribuídos.

A geograficidade dos viajantes-naturalistas e a produção do conhecimento geográfico pautado no empirismo e na observação, bem como as formulações discursivas dos representantes políticos, contribuíram como retórica para que o Estado português mantivesse o seu domínio

sobre o território mato-grossense. Concepções que serviram de modelo aos viajantes naturalistas do século XIX que empreenderam viagens de cunho científico ao continente americano, como é o caso da Expedição Langsdorff, orientando uma determinada forma de registrar os espaços percorridos pelos viajantes, de descrever as fisionomias particulares, permitindo, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmo. “Trata-se, antes, de uma relação com a Terra em que qualquer compreensão possível desta por parte do sujeito pode unicamente acontecer *em* seu ser situado, *em* sua absoluta inseparabilidade da Terra, considerando-se aqui tanto a compreensão, pelo sujeito, de seu entorno, como a compreensão que possa ter de si próprio. A paisagem não se mostra, então, como que *diante* deste, mas envolvendo-o, abarcando-o e mesmo condicionando qualquer possível representação por parte dele” (SARAMARGO, 2014). É nesse sentido dual que o viajante-naturalista, em um processo de interiorização das paisagens, conduz ao reencontro com o próprio significado de “ver o mundo” e ser-no-mundo, como aponta Dardel (2011) e da realidade do espaço geográfico, percebido na sua viagem pelo mundo tropical:

[...] A vigorosa variedade das mais pitorescas paisagens constitui, aqui, muito com que possa ocupar-se um pintor. E a um geólogo não escapariam, nas formas abruptas do São Jerônimo e nas camadas longitudinais das montanhas, os traços de formidáveis revoluções, que, se não culminaram com a subversão da crosta terrestre, abrangeram, seguramente, todo o centro da América. Todo esse sublime panorama, porém, é tão somente o proscênio das maravilhas que nos esperam um quarto de légua mais adiante. Onde me abasteceria de expressões para descrever o que vi? Sei que não passo de iletrado autor, cujos escritos jamais se publicarão. Mas, se todos os dons do gênio e da fortuna me deviam ser recusados, por que recebi a faculdade de sentir, conhecer, inventar, tanto quanto realizaram muitos dos grandes valores de que se honra a humanidade? Para pintar o que vi na chapada, só me faltam expressões. Se as encontrasse, tão exatas e adequadas, quero crer que as poderia repetir vinte vezes, narrando esse meu encontro com a suprema beleza: meus leitores me leriam até o fim, sem se cansarem de meu entusiasmo (FLORENCE, 1977, p. 69).

O processo de interiorização da paisagem percebida por meio da fisionomia (aparência exterior) da paisagem que conduz a um reencontro com o próprio significado de ser-no-mundo, remete à reflexão do nível intersubjetivo abarcado pela experiência vivida e o conhecimento científico. É a partir do conhecimento da fisionomia (aparência exterior) que se obtém o seu sentido e se conhece a realidade. Isso vem de encontro com Dardel (2011) quando pondera que o espaço primitivo, assim como a sua interpretação poética sobre a realidade geográfica supera a análise objetiva da ciência convencional por sua maior proximidade e fidelidade ao apelo terrestre. Nesse sentido, a paisagem constitui muito mais que uma captação de formas e justaposição de detalhes pitorescos. Representa um conjunto de convergência, um momento vivido, sensações difusas do contato com uma natureza pitoresca que avulta aos olhos, sinônimo do exotismo de terras ainda não trilhadas e de lugares ainda não submetidos ao jugo da ciência e, portanto, concebidos, segundo a sua visão de mundo, como não detentores de uma “cultura mais inteligente” capaz de minimizar os “estragos” produzidos à natureza, como pode ser observado nas narrativas de Florence em sua visita em território mato-grossense:

Um pintor que não tenha contemplado painéis feitos pela mão dos mestres poderia, parece-me, na composição de seus quadros, aprender com a natureza. A paisagem que ante nós se desdobrava não mostrava muitas vezes senão um horizonte acanhado, entretanto aí afigurava-se-nos que da sua parte houvera desejos de não desviar a atenção de algum de seus graciosos caprichos, formados também pelo acaso para terem mais originalidade. De pronto não nos era fácil adivinhar a razão por que todos os troncos e ramos das tortuosas árvores desses cerrados negrejavam como azeviche e o capim resplandia de verde tão uniforme. É que o fogo por ali passara e que tudo ressurgia simultaneamente; devendo esse hábito do caipira, que sem trabalho quer todos os anos renovar as pastagens para seu gado, produzir a esterilidade dessas belas regiões, caso não repare cultura mais inteligente tantos e tão seguidos estragos. No meio dessas verdejantes campinas, onde tudo tomava ares festivos, travamos conhecimento com a carandá, palmeira de elevado caule cheio de espinhos e cujos pecíolos lisos e espinhosos sustentam um leque de folíolos a modo do buriti. Também o encanto da novidade exaltou ainda mais o bem-estar, que em nós infundia uma natureza

inimiga da monotonia e pródiga, sobretudo para o viajante, de novas perspectivas. (Grifos nossos) (FLORENCE, 1977, p. 160).

[...] No meio desses campos ao caçador facilmente se deparam veados, perdizes e outros animais, cuja carne lhe enriquece a mesa, aumentando desta arte o prazer de atravessar tão bela região. O olhar não se cansa de admirar as cores várias que de todos os lados o embelezam: aqui é uma verdejante várzea; ali fica o cerrado com suas árvores baixinhas e engorovinhadas; adiante se alarga um campo de macega mais alta que um homem e de um colorido puxando a amarelo pardacento. Muitas vezes grandes áreas de terreno, colinas inteiras, apresentam um aspecto sombrio e negrejante: é que por ali passou uma chama devoradora, ateadada pelo viajante. Os troncos ficam então despídos de folhas, requeimados pelo incêndio. Se, porém, medeiam quinze dias ou um mês, arrebenta viçosa verdura naquele fundo lúgubre e acinzentado. (FLORENCE, 1977, p. 59).

Mediante a experiência da Terra (espaço social), que tem a paisagem como base de sua representação (pictórica, narrativa ou cartográfica), que a imagem de mundo sob o ideário “Iluminista” se (re)produz pautada no desejo de conhecer e de dominar o mundo pela ciência e a inclusão do homem nos limites de uma história natural e da ciência.

A representação da paisagem, nesse sentido, faz parte de um dispositivo desse pensamento e de percepção do olhar europeu da superfície da Terra e da estetização do “outro”, tomando por valor positivo ou negativo e penhorando a qualidade do fenômeno capturado da natureza em seu conjunto. Torna-se mister considerar esse “novo modo de conceber o mundo” e de “realizar a ciência”, pautado na estética de representação da natureza onde simulacros e simulações de realidades são produzidos para atender à construção de novo território (independência do Brasil) e aos interesses imperialistas em abarcar o seu domínio em uma maior escala.

É por meio da geograficidade e práxis investigativa do viajante-naturalista que a paisagem se constrói, seja sob o olhar racional e sistemático das ciências naturais que regem as observações dos elementos da natureza, seja sob o olhar subjetivo e perceptivo proposto pelo romantismo, poético, permeado de sentimentos e emoções. Muitos viajantes

naturalistas do século das Luzes admitiam que a multiplicidade de sensações e fenômenos que envolvem o naturalista em sua viagem poderia e deveria ser descrita pela ciência geográfica, conduzindo-os ao uso de representações pictóricas e cartográficas, assim como a preocupação com os recursos e estilos literários nas/das narrativas de viagem, como, por exemplo, a realizada por Hércules Florence.

Ele articula o método sistemático e racional da ciência a sua experiência geográfica por meio da contemplação física do mundo mediante os sentidos mais diretos e passivos até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização, através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Em suas narrativas, dotadas de uma estética e sentimentos afetivos, comumente nos deparamos nos relatos com o encontro do Sujeito-Objeto, o “homem da ciência”, diante do valor estético de “beleza e grandiosidade, formas e cores que eram dessemelhantes das que lhe eram conhecidas e familiares, como analisado por Fonseca (2008, p. 42-43):

Rios, cachoeiras, matas, palmeiras, tucurís, frutos, fazendas, vilas, cidade, tribos indígenas, fazendeiros, animais, enfim, tudo era interessante e registrado pelo jovem viajante Hércules. A natureza generosa pedia uma narrativa detalhada, verossímil. No seu jeito de narrar, falava também da alegria tantas vezes sentida, dos medos dos perigos, dos cuidados que todos deveriam observar. O clima recebeu especial atenção: as chuvas, a umidade do ar, os ventos. Hércules fazia mais do que simples e minuciosa descrição dos fatos. Expressava-os com sentimentos e comparações. Refletia sobre a paisagem, enquanto relacionava seus conhecimentos europeus às mais diversas sensações sentidas no infindável pantanal e na floresta tropical. Ficava intrigado com as enchentes do Pantanal, que misturavam os rios e dificultavam a navegação. Também registrou as terríveis ‘nuvens’ de mosquitos que apareciam sobre o Rio Paraguai e S. Lourenço, os quais não deixavam comer ou dormir, na verdade, nem falar, porque entravam pela boca, De todos os lugares anotava o nome. Suas referências de beleza passam pelos órgãos dos sentidos e relacionam-se com um vocabulário bastante próximo do Hércules pintor. Encantava-se com as tonalidades das flores, as dimensões dos troncos das árvores e sua altura, com o movimento dos rios. Muitas vezes ele indicava qual era o declive das nascentes à foz para informar se as águas corriam lenta

ou rapidamente. (...) Falava do que percebia pelo tato, pelo frio das madrugadas e pelo calor insuportável e sufocante sob as árvores da Floresta. Descobria, de repente, seu olhar encantado diante do tom avermelhado e luminoso dos crepúsculos. Encanto sentido também ao ouvir o canto dos pássaros, o som do vento e da chuva, o estrondo das águas nas pedras das cachoeiras. (FONSECA, 2008, p. 42-43).

As narrativas de viagem da Expedição Langsdorff, ancoradas no conhecimento científico e na forma poética e afetiva de conceber a natureza, contribuem para a construção de representações da paisagem pautadas nas imagens afirmativas de um território portador de riqueza, contribuindo para legitimar a identidade nacional, assim como atender aos interesses imperialistas sob o território.

A natureza como recurso econômico é inventariada, catalogada e os atributos, cooptados por todos os órgãos do sentido (visão, olfato, tato), passam a ser valorados pela sua unicidade, singularidade etc., elementos reveladores da potencialidade econômica frente aos incalculáveis recursos naturais existentes, porém, até então desconhecidos e explorados. Daí a relevância da realização e do interesse de Hércules Florence em realizar a “narrativa tão detalhada e verossímil”, apontada por Fonseca (2008).

Mediante a experiência geográfica, os naturalistas – viajantes, sujeitos históricos dotados do conhecimento científico, símbolo do “civilização” e portador do “desenvolvimento”, apresentam o território mato-grossense ao mundo em uma visão dual de paisagem vivida por meio da percepção da imagem de uma natureza “prodigiosa”, “generosa”, “exótica”, “exuberante”, “grandiosa”, capazes de promover o sentimento de pertencimento ao lugar. Tuan (1980) ao estudar a ligação emocional aos espaços; relaciona a subjetividade de indivíduos e de grupos, propondo uma identidade nas diversas escalas espaciais, pois desde sua casa até a pátria há diversos lugares. Ao mesmo tempo que a natureza desperta sentimentos de medo (topofobia) frente ao desconhecido e vivenciado no lugar: “natureza selvagem”, “primitiva”, “infernai”, ou mal-estar físico e/ou permanência humana no ambiente relacionado às amenidades climáticas (calor sufocante, amplitude térmica diferenciada), animais (peçonhentos e mosquitos) típicos dos trópicos, dentre outros:

A navegação do Paraguai foi penosa. O rio tinha tomado água; as zingas não alcançavam mais o fundo; os aguaceiros eram contínuos, e enxames de mosquitos assaltavam os navegantes, causando-lhes cruéis sofrimentos. Debalde cobriam o corpo com roupas grossas; debalde se abrigava debaixo dos mosquiteiros, onde mal podiam respirar de calor, os terríveis e anguissedentos pernilongos se insinuavam nas menores falhas das vestes e enterravam nas carnes o doloroso ferrão. A monção deixou então o leito do rio e buscou cortar em linha reta pelos campos inundados, mas aí teve que lutar com a incerteza; perdeu-se; foi obrigada a transpor inesperada e desconhecida cachoeira, que se formara no encontro de dois chapadões, e deu-se por muito feliz em cair num sangradouro (...) Impossível me fora exprimir o sofrimento que diariamente nos causam os enxames de mosquitos. É praga capaz de trazer o abandono de uma região inteira por quem não tenha a constância do selvagem. Em tal quantidade nos cercavam tão teimosos se precipitavam sobre nós para sugar-nos, que o ar em derredor parecia escuro. Quando comíamos, ficava os pratos inçados, o molho cheio deles; entravam-nos pela boca. Debalde dos pés à cabeça vestíamos roupas grossas; debalde calcávamos botas e luvas. Através das vestes e pela costura das botas, por pouco que tivessem(...) (FLORENCE, 1977, p. XXXVI)

Salto Urubumpugá (...) O sentimento que experimentei, ao contemplar tão vasta extensão d'água e a riba distante, lembrou-me o abalo que recebe o viajante quando divisa, mar alto, as costas que demanda. Se essa terra é a França, então seu coração estremece jubiloso ao pensar nos gozos já próximos que lhe franqueia aquele belo país, tão adiantado em civilização. Aqui, porém, só podíamos ver selvagens e míseras tocas, espetáculo ainda assim cheio de interesse e novidade para quem quer estudar o homem em seu tipo primitivo. Para nós aquele momento foi de verdadeira festa. Além do prazer que sentíamos em descansar os olhos sobre a superfície desse grande e novo rio ao sair do penoso Tietê, na grata alegria de nossos camaradas tínhamos novos motivos de satisfação. (FLORENCE, 1977, 46).

Essa linguagem geográfica veicula em sua sonoridade ritmada uma coloração afetiva que, em sua ressonância, desperta nos seres humanos um ato de consciência, sentimentos e afetos ligados intimamente à imagem e à memória de lugares e regiões experienciadas e imaginadas (DARDEL, 2011), mediante a representação da paisagem que pode valorizar ou não

lugares do território e construir sentimento de pertencimento, ou uma topofobia decorrente da imagem negativa veiculada ao medo, à insegurança. Assim, é por meio da geograficidade do viajante com o lugar que a essência se transforma em existência, o todo em partes, e assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos que passam a ser mediados pela imagem.

Esse sentimento (emoção) do medo decorrente de mitos existentes no imaginário social frente ao conhecido, presença de animais ferozes, ou pelas riquezas que o território abrigava possibilitou que aventureiros sertanistas construíssem a base para as representações de paisagem a respeito do território mato-grossense e em outro momento, a paisagem promotora da topofilia sendo utilizada para promover “ a inserção de uma parte do território vazio” ao todo (nação), ou seja, a reapresentação da paisagem como sinônimo de identidade nacional. Vale ressaltar que paisagem natural, sob o significado da topofilia, está presente como linguagem e símbolo (cores e signos) presentes na bandeira e hino nacional.

A análise da paisagem inscrita nos relatos dos viajantes pode contribuir para identificar inúmeras paisagens em relação com o meio em que vive ou em função da forma como a natureza é apropriada pela sociedade, ou seja, onde o meio natural prevalece ao meio técnico-científico prevalecente na Europa. Neste sentido, podemos considerar que a paisagem é apreendida pelas experiências e percepções quotidianas e excepcionais com o espaço, num amálgama de imagens mentais, atitudes e sentimentos que nos levam a interiorizá-las, enquanto mundo vivido.

Cosgrove (2014) pondera que a paisagem pode ser vista como uma síntese pictórica externa que apresenta esteticamente as relações entre vida humana e natureza e está sujeita à interpretação de acordo com diferentes olhares, polivocalidade, vista como “paisagem de consumo” ao se considerar a ocupação, “paisagem identitária”, “paisagem da classe dominante”, “paisagem residual”, “paisagem emergente” e “paisagem excluída”. A paisagem é significada de acordo com aquilo que se vê.

A representação da paisagem contida nos relatos de viagem dos naturalistas-viajantes que percorrem a província mato-grossense é produto do agente produtor desse espaço, ou seja, do colonizador, que deixa

materializados no espaço marcas e signos. Nesse sentido, os adensamentos humanos, as práticas econômicas, sociais e culturais percebidas pelo viajante-naturalista durante o trajeto percorrido representa “geosímbolos” (BONNEMALSON, 2002) do processo de territorialização portuguesa, de uma denominada aqui, de *paisagem colonizadora*.

A paisagem enquanto espaço de representação não constitui um quadro inerte como o representado e captado pelo olhar artístico, ela é dinâmica e reveladora das intencionalidades a que o espaço é submetido, convertendo-se em território usado, no sentido lato proposto por Milton Santos. A representação da paisagem, da natureza, isto é, toda a materialidade, em si só, possui significado por estar relacionada à existência de grupos sociais que a utilizam, a categorizam, enfim, que dela se apropriam, no caso do território mato-grossense, a “Coroa Portuguesa”, usando-o em sua totalidade a fim de garantir o seu domínio territorial e, por conseguinte, deixando inscritas na paisagem as marcas de sua cultura e de seu poder.

Ao mesmo tempo em que a paisagem natural (vegetação, fauna, fruto, rios, solo) era concebida no *imaginário social e político* por meio da representação de abundância, pela diversidade e espécies exóticas dos trópicos pouco explorados economicamente, o território apresentava um quadro de declínio populacional, estagnação econômica, miséria, desigualdade social etc. Esse espaço concebido, segundo Lefebvre (2000), constitui-se nas representações abstratas do espaço, referentes às relações de produção, a ordem que estas impõem a serviço da estratégia hegemônica do capital no espaço. Advindo de saber técnico, e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à preeminência racional do valor de troca contrapondo ao espaço social vivido. E a representação da paisagem que o viajante reproduz nas narrativas e registros pictóricos vinculados ao “vazio, abandono” são representações concretas de uma política de ocupação territorial inicialmente realizada pela Coroa “ausente do território dominado”.

A *paisagem percebida/vivida* (LEFEBRE, 2000) e representada pelo viajante-naturalista diz respeito ao *modus vivendi*, ao padrão organizacional

dos assentamentos humanos, à tipologia dos núcleos urbanos e infraestrutura, segundo a sua visão de mundo e emoções e/ou sentimento de estranhamento frente à nova realidade vivida. A descrição da organização socioespacial, o *modus vivendi* e as cenas do cotidiano eram registrados a partir de um vocabulário semântico que conotava o seu estranhamento com a cultura local e o grau de desenvolvimento percebido, segundo o modelo europeu vivenciado. Assim, o espaço percebido, parafraseando Lefebvre, aparece como uma intermediação da ordem distante e a experiência cotidiana vivida (ordem próxima):

[...] Extrema é a *miséria* dos habitantes. Pelos bens que possuem pouco distam do estado selvagem, mas nem por isso são ou se consideram mais infelizes. Não há senão alguns homens, tidos por dinheirosos, que andam vestidos com calças e camisa de pano grosso. O resto não usa senão ceroula, quase tanga; a maior parte das mulheres traz sobre o corpo uma saia. Não comem senão milho, feijão e algumas ervas: raramente provam carne de seus magros porcos ou usam de ovos e de carne de vaca; isso tudo quase sempre sem sal, porque é artigo muito caro. (FLORENCE, 1977, p. 66)

[...]Chegamos a Cocais. Há uma casa, uma capela e palmeiras guaçuas. Disseram-me que Cocais fora outrora uma freguesia, mas em razão de sua decadência rebaixaram-na dessa categoria para a transferirem à povoação do Santíssimo Sacramento, duas léguas além, de modo que a igreja de Cocais, antigamente paroquial, estava então deserta e quase tapera. É o destino dos países onde os homens só se ocupam na exploração das minas: nada se funda durável. O solo pedregoso(...) dá ainda ouro de qualidade superior, mas essa gente, não sabendo senão esgaravatar a terra, só conseguia pequenas quantidades do metal. (FLORENCE, 1977, p. 161).

A paisagem percebida e representada pelo olhar dos viajantes a respeito dos lugares visitados a partir da Província de S. Paulo até a Província de Mato Grosso é feita pela descrição das cidades segundo o critério de sua localização geográfica, configuração do sítio, função desempenhada, seu tamanho de acordo com o número de habitantes e das construções existentes. Segundo esses critérios apresentados, as cidades não ultrapassavam a 12.000 habitantes (S. Paulo), diminuindo à medida que seguiam em direção ao interior Cuiabá:

No dia seguinte, chegamos, com uma légua de marcha, a São Paulo, cidade que tem 12.000 habitantes e algumas ruas não feias. O palácio da presidência é um edifício insignificante; a cadeia vasta, mas mal construída e tão pouco sólida que não é raro dela fugirem os presos. É capital da província, residência de um presidente, de um comandante de armas e sede do bispado. Tem um ouvidor e um juiz de fora da comarca de São Paulo. (FLORENCE, 1977, p. 14).

O seu sítio urbano era descrito em função da fisionomia da paisagem urbana que seguia o modelo de cidade portuguesa definido pelo sistema colonial e apoiado nos pilares da Igreja Católica, porém sem um plano urbanístico definido *a priori*, como acontecia nas cidades latino-americanas de domínio espanhol.

Ver um povoado do Brasil, é vê-los quase todos. Uma praça oblonga com a igreja e a cadeia nos lados estreitos; uma ou duas ruas de cada lado traçadas a cordel; casas baixinhas, eis o que compõe um arraial. Poconé não tem senão duas ruas: a igreja é nova e pequena: a cadeia está em ruínas. Não se vê viva alma: muitas casas estão abandonadas; perto não passa um riacho sequer, e os habitantes têm que abrir poços na terra. Um cerrado espesso serve de cintura à localidade que não tem nenhum horizonte. (FLORENCE, 1977, p. 205).

A sua concepção estética de cidade “bonita e agradável” aos seus olhos estava definida por essa concepção cultural de cidade com algum plano urbanístico ou de intervenção que a tornasse atrativa aos olhos dos visitantes. No que tange ao valor estético e arquitetônico presente nas cidades, o destaque foi para Itu, segundo a percepção estética de Florence como a mais bonita da província, comparando até com a sede da província S. Paulo incluindo no rol das cidades de padrão arquitetônico insignificante e as igrejas de pouco valor por não possuírem estilo rebuscado:

Itu é uma cidade espreada em vasto terreno. Há algumas casas de sobrado. As ruas não são alinhadas como as de Jundiáí, mas em compensação têm um passeio de lajes de ardósia de mais de um metro quadrado, tiradas de uma pedreira, distante algumas léguas, e de tal espessura que resistem aos choques dos carroções em que são trazidas. Esse lajedo daria muito realce à beleza do povoado,

caso não fizesse contraste com o meio da rua inteiramente descalço e tão cheio de pedras e matacões, que se torna o trânsito incômodo e até perigoso. (...) Há em Itu um convento de franciscanos. A matriz, ornada com simplicidade, se bem pequena e exteriormente de pouca arquitetura, é a melhor de toda a província, depois da capital. A igrejinha sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, cuja riqueza e ornamentação muito “desvanecimento trazem(sic) aos habitantes da localidade. A fachada, porém, é de péssimo gosto e alheia a qualquer regra arquitetônica. (FLORENCE, 1977, p. 16-17).

No percurso realizado prescrevia o modelo proposto por Humboldt, pautado nos conceitos de extensão, de posição e sítio e a situação no que tange ao papel que a cidade desempenha na articulação com outras áreas, sinalizando a existência de um país rural comandando a economia urbana dessa porção do território. A localização e sítio das cidades eram em função do papel desempenhado no contexto econômico ou a sua posição geográfica estratégica, como pode ser observada na descrição das cidades visitadas pela expedição Langsdorff:

[...] Campinas, também chamada São Carlos, cidade nascente, bastante vasta, bem povoada, rica pela cultura em grande escala da cana-de-açúcar, e pela fabricação desse produto e da aguardente. Seus arrabaldes são agradáveis em razão dos sítios cultivados, multiplicidade de casas e engenhos de açúcar. O comércio sobrepuja ao das outras cidades próximas, com exceção de Itu. (FLORENCE, 1977, p. 16)

Jundiaí é a povoação mais deserta que vi em toda a província. O terreno é um tanto árido: há muitos poucos habitantes, comércio limitadíssimo; entretanto, está no caminho de São Paulo a Goiás e é aí que os negociantes, que não se proveram de animais, encontram bestas para alugar. (FLORENCE, 1977, p. 15)

Porto Feliz é uma cidadezinha assente na margem esquerda do Tietê, e em terreno elevado e desigual. As casas são térreas e as ruas tortas, e não como as de Itu e Jundiaí. Estão tão mal calçadas que à noite é impossível dar um passo sem muita cautela. A classe dos habitantes agrícolas, a mais numerosa sem dúvida, não concorre a ela, senão aos domingos e dias-santos, de modo que só nessas ocasiões é que se vê alguma gente nas ruas. (FLORENCE, 1977, p. 18).

As ruas que de este vão para oeste têm pequeno declive de subida e descida, mas as que lhe são perpendiculares, de sul a norte, o têm mais sensível, bem que em geral suave. Ao sair da cidade para o lado norte, eleva-se o terreno ainda por espaço de 300 a 400 passos, formando um campo chamado de Boa Morte, por aí existir uma igreja desse nome. A cidade pode ter meio quarto de légua de poente a nascente e dois terços dessa distância de norte a sul. Não há senão 18 ou 20 casas de sobrado, esse mesmo pequeno: todas as mais são térreas. Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvore cuja folhagem densa e escura forma no meio das outras agradável contraste, concorrendo todas elas para darem à povoação aspecto risonha e pitoresco. (FLORENCE, 1977, p. 6).

À medida que segue em direção ao interior, à província de Mato Grosso, o viajante insere em um espaço marcado por diversas temporalidades na produção do espaço descrito pela presença de esparsos aglomerados humanos em torno de pequenas propriedades rurais pautadas na agricultura de subsistência ou pecuária extensiva destinadas para o consumo interno. Nesse espaço prevalece o tempo dos homens lentos, denominado por Milton Santos a porção do território onde o meio natural suplanta o sistema técnico, para não dizer a inexistência de um meio técnico-científico, já conhecido pelos viajantes naturalistas. A percepção da distância estava vinculada à inexistência de objetos geográficos fixos como estradas e o uso da potencialidade dos rios inventariados para possibilitar maior fluxo de pessoas e mercadorias. A ideia de progresso chegava por meio desses viajantes, inventariando e concebendo o espaço para políticas territoriais futuras de “ordenações-espacos-temporal” (HARVEY, 2004, p. 78) de acordo com a lógica capitalista. Se a distância, posteriormente passa a ser utilizada como formulação discursiva para justificar o atraso e o progresso para a região, a realidade pós-independência o espaço social e a “paisagem do abandono” corroboram como o poder colonial usou e produziu o espaço via espoliação de seus recursos naturais e (des)territorialização e/ou extermínio de sociedades indígenas.

A *paisagem urbana* é descrita, segundo a mesma perspectiva urbanística das cidades anteriormente visitadas, como de pouca expressão

arquitetônica, pelo tamanho da cidade e da população. Nas cidades da Província a paisagem é descrita pela forma deteriorada, falta de conservação dos edifícios e de infraestrutura, comumente existente no seu lugar de origem, pelo refluxo das populações nas áreas decadentes das minas auríferas para um posterior fluxo populacional para outras áreas de exploração do diamante, como Alto Paraguai e Diamantino. Se nessas áreas a população é atraída em função da exploração do diamante, a natureza ameaçava-os pela presença das doenças tropicais como a malária ou pela insalubridade constatada nos núcleos urbanos situados nas fimbrias da Floresta Amazônica.

A sua ideia de prosperidade e progresso e de modelo de cidade concebida difere da paisagem urbana que aparecia sob seu olhar, resultado do uso do território pautado na exploração predatória dos recursos naturais que se manifesta no “vazio urbano”, “na ausência na dinâmica dos assentamentos humanos”, “nas áreas de exploração abandonada”, uma *paisagem efêmera*. E os sítios das cidades que possuíam a atividade econômica vinculada à mineração estava também vinculada a essa dinâmica.

O espaço concebido pelo colonizador é abstrato, mas a realidade resultante desse poder está materializada no espaço social e na realidade do lugar, marcada pelas desigualdades sociais e precárias condições de vida de seus habitantes, que segundo ele. “(...) pelos bens que possuem pouco distam do estado selvagem, mas nem por isso são ou se consideram mais infelizes”, concomitante à percepção de um espaço social representado por “paisagens efêmeras” produto da forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Como refletiu Florence: “É o destino dos países onde os homens só se ocupam na exploração das minas: nada se funda durável”. Enfim, é a lógica do capital que começa deixar as suas marcas no espaço.

Mas a lógica do capital produtor de paisagens urbanas “efêmeras” e/ou de “pouco valor estético” reivindica no século XIX pelo seu ordenamento espacial, sob a retórica do progresso. E, a cidade, como espaço privilegiado da classe burguesa, é aquela ordenada e higienizada:

Vila Bela, então capital, para Cuiabá, por causa da insalubridade daquele local, elevou-se a *vila* de Cuiabá à categoria de *cidade*, condição

essencial para ser capital e, a fim de fazer-lhe um digno cortejo, deram-se as honras de vila a cinco ou seis aldeolas, *freguesias*, que não mereciam essa distinção e que, com exceção de Diamantino, nunca puderam prosperar. Eis como, mais de uma vez, é-se levado a mentir, mesmo nos mapas geográficos. A acanhada igreja nada apresenta de notável no exterior, internamente, porém, se bem já decadente, é guardada as proporções, a mais rica de toda a província em ornamentação arquitetônica e em baixos-relevos dourados. Ninguém pensa, decerto, encontrar tais restos de riqueza numa decadente aldeia da Província de Mato Grosso, onde as poucas igrejas que existem nenhum ornato têm e mais parecem pardieiros do que templos. (FLORENCE, 1977, p. 145),

Volpato (1993) pondera que os problemas enfrentados pela cidade de Cuiabá mais aproximavam dos núcleos urbanos brasileiros do que distinguiam. A preocupação em ordenação das ruas e do seu movimento, com a limpeza de águas e logradouros públicos, foi, no Brasil, uma característica do século XIX. Através de um processo de ordenação do espaço urbano era implantado o modelo de cidade própria da sociedade capitalista, distinto da cidade colonial, até então existente. Ordenação que não dizia respeito apenas ao alinhamento de ruas e prédios, à eliminação de águas servidas e lixo, mas também à adequação ao fluxo das pessoas.

Se as narrativas de viagem possibilitam-nos vislumbrar as inúmeras representações da paisagem segundo a sua perspectiva de mundo, leva-nos a refletir também aos espaços de representação de práticas sociais. A compreensão da paisagem enquanto produto cultural, com os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza, implica considerá-la como expressão fenomênica do modo particular como uma específica sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente formação social (COSCROVE, *apud* CORRÊA, 2011, p. 13). Isto porque somente quando o espaço está relacionado a uma realidade social, ao sujeito ou grupo social, é que ganha sentido, conotação e existência. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando legitimado pela soberania do homem sobre o objeto, pela sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. (LEFEBVRE, 2000).

Para além do espaço concebido como uma estrutura imposta pelo poder político e econômico no território ordenado segundo suas finalidades, existem outras paisagens, que contrapõem a lógica de ordenamento espacial sob a égide do “capitalismo mercantil”, e do domínio imposto pela ordem escravista prevalecente no século XVIII, produzidas por grupos sociais que ocupam uma porção do espaço convertendo-o em territórios existenciais e sobrevivência mediante a formação de quilombos ou da permanência “na cidade fantasma outrora concebida para ser a sede do poder metropolitano: Vila Bela da Santíssima Trindade, que pode ser melhor compreendido no estudo realizado por Maria de Lourdes Bandeira:

[...] passamos pelo rio, ilha e cachoeira do ‘Quilombo’, lugar em que uma porção de negros, em outros tempos, se refugiam, motivo de tal denominação. A infeliz raça, sem embargo de quererem os brasileiros fazer crer o contrário, parece não de todo resignada à escravidão, tanto que os pobres negros tiveram a coragem de embrenhar-se pelas matas, expostos às feras, como a onça, e à ferocidade dos indígenas, que, não os considerando criaturas humanas, se mostram ainda mais impiedosos com eles do que com os brancos. O triste contraste é que, se os negros amam a liberdade, seus civilizados senhores os excedem, em muito, na avidez de seu suor e de tudo o mais que deles podem arrancar. Pois bem: ao voltarem de Cuiabá, negociantes sempre em viagem descobriram o Quilombo, asilo dos negros fugidos; era bem mais do que se necessitava para aguçar a cupidez, de modo que de Porto Feliz partiu expedição para pô-los a ferros e, assim, mais de cento e vinte desses desgraçados, presos pelo pescoço a correntes fixadas na proa e na popa de várias pirogas, retornaram ao local de seu anterior cativeiro. (SILVA, 1977, p. 148).

A produção historiográfica realizada por Luiza Volpato, Elizabeth Madureira Siqueira e Lúcia Helena Gaeta registra a fuga de escravos e a constituição dos quilombos no final do Séc. XVIII, no contexto da crise da mineração, do surgimento das fazendas de engenho, cuja mão de obra constituía o alicerce da economia.

A constituição dos quilombos acaba por configurar nesse território de resistência, cuja imagem é reproduzida pelo colonizador como “espaço de negros rebeldes e fugidos”, revela lugar ocupado por sujeitos que

se refugiaram por não se sujeitarem à dominação imposta pelo sistema. Machado (2008) pondera que a expressão quilombo, que foi incorporada na linguagem do colonizador, possui sua origem no quimbundo de origem africana, cujo significado está vinculado à região onde foi capturado.

A *paisagem resistência* que se configura nas entranhas da vegetação pitoresca é composta por objetos geográficos naturais (rio, vegetação, ilha, cachoeira) que identificavam a territorialização dos grupos sociais em função de sua organização econômica, social e política como pondera Volpato (1993, p. 183):

Os quilombos, onde os escravos desenvolveram um tipo de vida, apesar das diferenças de um grupo para o outro, definidas pelas particularidades de época e região, mantinham algumas características gerais. Neles a vida era comunitária, a propriedade tribal. A economia baseada na produção de gêneros de subsistência. Existia ainda uma preocupação constante com a defesa, fazendo com que a organização política interna fosse bastante rígida com atenção especial para as questões de disciplina. (...) Durante o século XIX, os quilombos continuaram existindo, aglutinados cativos que fugiam tanto nos arredores da capital da província, como de suas regiões mais interioranas.

Por meio da territorialidade o grupo social deixa impresso no espaço formas e práticas sociais trazidas do além-mar, que são reproduzidas no processo de adaptação com o “novo espaço imposto” e a manutenção de seus valores culturais e sua inserção em mundo marcado pelo combate pela vida. Adentrar a floresta não significava apenas esconder-se dos opressores, significava também o “encontro com a energia cósmica necessária para vencer os inimigos, manifestação do ser com os outros. A floresta não é somente extensão arborizada da realidade objetiva, pois ela coloca em questão a totalidade da existência” (DARDEL, 2011).

É também na imensidão da floresta que habitam grupos sociais com uma cosmovisão ligada diretamente com a natureza e, desde o processo de colonização, reivindicam a posse de seu território existencial, as sociedades indígenas. Essas comunidades possuíam códigos culturais e de comportamento, organização social e vida, religiosa. *modus vivendi* particular de relacionar com a natureza e o cosmo. Nas sociedades indígenas

que já tinham nessa porção da Terra desconhecida pela civilização europeia, “a ligação do homem com a Terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. [...] é da Terra que vêm as forças que atacam ou protegem o homem, fonte de vida e de onde os homens saem como todos os seres e os contrários que eles vigiam durante toda a sua vida”. É esta cosmovisão que prevalece anterior a chegada do colonizador (DARDEL, 2011).

Mas a paisagem é reveladora de práticas sociais que se contrapõem à lógica econômica, política, social, quer seja por movimentos de resistência aos valores impostos ou de resiliência como alternativa de sobrevivência cultural ou manutenção de seus territórios existenciais: ora incorporando os valores culturais do “branco colonizador”, ora resistindo por meio do conflito com a cultura imposta.

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. A geograficidade dessas sociedades faz com que elas tenham uma territorialidade própria de acordo com a cosmovisão de cada grupo e um conhecimento do território pautada no vivido, que passa a ser utilizada pelo colonizador para reconhecimento e delimitação da fronteira não apenas física, mas também cultural.

A percepção de paisagem perpassa desde o início do processo de territorialização do espaço mediante como aponta Galleti (2012, p. 101) “percepção do colonizador a partir do séc. XVI até meados do séc. XVII, grande parte do que viria a ser o território da Capitania de Mato Grosso, permanecia na condição de sertões, ínvios, desertos, praticamente indevassados”. A autora pondera que os indígenas foram fundamentais na representação de sertões e da conquista territorial, pois eliminar a presença indígena ou incorporá-la fazia parte de um movimento que transforma os sertões em seu oposto: território colonial:

A percepção de “sertão” está explícita nos relatos e memórias e na documentação oficial produzida por agentes da Coroa portuguesa, escritos que fundam a história da região como uma saga de conquista, e nos quais os confrontos e contatos entre indígenas e colonos são

quase sempre relatados como vitais ao sucesso ou insucesso das ações da colonização. Neles os grupos indígenas são discriminados e a distribuição espacial de várias sociedades indígenas torna compreensível para os colonizadores a geografia da região. (GALLETI, 2012, p. 63).

A representação de paisagem é realizada pelos viajantes, seguindo as exigências de uma episteme nova de ciência que se configura no século XIX mediante a inclusão do homem com sua própria “história natural”, ou seja, o homem objeto da ciência. Foram realizados registros etnográficos, composto do *modus vivendi* de grupos étnicos, sua especificidade étnica e linguística, dando, assim, visibilidade a uma sociedade até então vinculada à concepção da natureza “primitiva”, “bravia”, “hostil” e, conseqüentemente, caracterizando-os como “bravios” ou “bons (manso)”, associados à concepção de um maior contato dessas sociedades com os grupos concebidos como “civilizados” ou a sua resistência frente ao *modus operandi* imposto:

Os guanás moram na margem oeste do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português, que falam à maneira de quase todos os índios ou dos negros nascidos na costa d’África. De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanazinhas. (FLORENCE, 1977, p. 90).

De todos os selvagens que habitam as margens do Paraguai, são os guaicurus os mais numerosos. Ouvi até dizer que têm 4.000 homens com armas. Tornam-se temidos pela deslealdade com que procedem, rompendo subitamente, no meio da paz e durante a troca de sentimentos que parecem cordiais, relações amigáveis sem outro motivo,

que não o amor à pilhagem, o que decerto não executam sem sangue nem muitas vítimas.⁸⁴Aldeiam perto de Nova Coimbra. Nutrem a convicção de que constituem a primeira nação do mundo, a que portanto todas as mais devem tributo e vassalagem. Nem excetuam os brasileiros, que no momento deles recebem todo o mal possível. Têm escravos da tribo *chamacoco* e de todos os vizinhos mais fracos e covardes, pelo que buscaram os *guanás*, para subtraírem-se de igual sorte e daquelas rapinas, a proteção brasileira. Só os *guatós*, apesar de pouco numerosos, impõem-lhes respeito pelo valor e hombridade. Esses bárbaros levam tão longe a ousadia que não trepidam meter nos ferros da escravidão até os próprios espanhóis. Vi chegar a Cuiabá uma menina branca dessa nacionalidade e de 12 anos de idade, que o Tenente-Coronel Jerônimo tinha tirado de entre os guaicurús, onde vivia em cativeiro. Fora com a mãe raptada de sua aldeia natal no Paraguai, ainda criança de peito, ficara só no mundo e tomara todos os hábitos dos índios, cuja língua se tornara a dela. Os guaicurús são todos cavaleiros e bons corredores. Possuem numerosa cavallhada roubada aos espanhóis ou criada nos campos. Às vezes vão vender em Cuiabá animais de sela (...). Montam na anca, o que faz com que usem de rédeas muito compridas. Suas armas são lança, arco e flechas. Têm também espingardas; mas, quando estão em guerra com os brasileiros, faltam-lhes a munição. Em viagem costumam transportar a bagagem sobre os cavalos. Os homens armados rompem a marcha; atrás seguem as mulheres, cavalgando de modo singular, pois vão alcandoradas no alto de cargas, às vezes muito volumosas. (FLORENCE, 1977, p. 84).

Entretanto, o olhar do outro sob um pretensa objetividade e neutralidade científica, ao realizar comparações e analogias com outros grupos étnicos, com a cultura europeia e sua concepção de “mundo civilizado”, acaba contribuindo para dar inteligibilidade a diferença e/ou fortalecer a construção de representações da inclusão de um “modelo civilizatório” e “progresso” no território. As representações da paisagem em suas diversas escalas de abordagem desempenham papel importante para a construção de representações geográficas como referência semântica para construção da imagem negativa ou ocultar o poder dominante sob o território, como, por exemplo, “deserto”, “sertão” remetendo o território à condição de vazio, desabitado, “atrasado”, não “civilizado”.

A partir da independência política, tais representações deveriam ser (des)construídas” sob o ideário da formação de um Estado-Nação civilizado e de progresso, portanto, com uma imagem positiva capaz de unir em uma só matriz os diversos sertões existentes, com características culturais próprias de cada parte da jovem nação que surgia. Uma representação da paisagem pautada nas imagens afirmativas de um território portador de riqueza, contribuindo para legitimar a identidade nacional, assim como atender aos interesses imperialistas sob o território. Como assevera Costa (1995) enquanto produzia paisagens, as Expedições Científicas contribuíram para a Formação do Estado-Nação e do imaginário brasileiro, no século XIX, delimitando-o, permitindo a construção do Império.

Referências

- AMBRIZZI, Miguel Luiz. *Entre olhares – O romântico, o naturalista*. Artistas-viajantes na Expedição Langsdorff: 1822-1829. Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em:
- BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência a partir da obra de dardel. *In: O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva,, 2011.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Geografia Cultural um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2 ed. 2004.
- CASTRO, Iná. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. *In: CASTRO, Iná Elias de Castro; COSTA, Paulo C. da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.
- COSTA, Maria de Fátima G. *et al. O Brasil de hoje no espelho do século XIX – Artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff/* Maria de Fátima G. Costa, Pablo Diener, DieterStrauss. São Paulo: Editora Liberdade, 1995,
- COSGROVE, Denis, Mundo de significados: Geografia Cultural e imaginação.. *In: Geografia Cultural um século*. ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. *Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura*. *In: _____(orgs.) Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998,
- CORRÊA. R.L. *Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado*. Espaço Aberto, PPGG – UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014
- _____. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, N.29, p. 7-21, jan./jun. de 2011
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DARDEL, Eric. *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva,, 2011.
- FERNANDES, Dayz F. *O viajante Hércules Forence: águas, Guanás e guaranáis*. Campinas, SP: Pontes, 2008

- FLORENCE, Hércules, 1804-1879. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* / Hércules Florence: tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. (Edições do Senado Federal; v. 93)
- GALETTI, L. da S. Sertão, *Fronteira Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Entrelinhas; EdUFMT, Cuiabá, 2012.
- GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- GOMES, Paulo.C.C, *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral & Maria. S. Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- KOMISSAROV, B. *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento; Livroarte Editora, 1988.3v.il
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000
- LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MACHADO, Maria de F.R. *Diversidade Cultural de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, EdUSP, 1997.
- SARAMARGO, L. *Sobre paisagem e representação*. Ekstasis: revista de fenomenologia e hermenêutica. V.3 | N.1, 2014.
- SILVA, DGB., org., KOMISSAROV, BN., *et al.*, eds. *Os Diários de Langsdorff*. Trad. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 2. Books <<http://books.scielo.org>>.
- SILVA, D.G.B., org., KOMISSAROV, BN., *et al.*, eds. *Os Diários de Langsdorff*. Trad. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 1. Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, D.G.B., org., KOMISSAROV, BN., *et al.*, eds. *Os Diários de Langsdorff*. TraD. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 2. Books <http://books.scielo.org>.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel, 1983.

VOLPATO, Luiza.R.R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888*. São Paulo: Editora Marco Zero, Cuiabá, MT, 1993. //